

AUDIÇÃO NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL

PARA O PORTO DE LISBOA

Com a Comissão de Economia e Obras Públicas, a Comissão de Agricultura e Mar e a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local.

INTERVENÇÃO

DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA PESCA DO SUL

Ex. mos Senhores Presidentes da Comissões,

Senhores Deputados

Caros Convidados

Agradecemos o convite e a oportunidade de podermos estar presentes, ser ouvidos e dar a nossa opinião, em matéria, para nós tão importante, como a estratégia que o Governo propõe avançar, quanto ao Porto de Lisboa, no Estuário do Tejo.

Permitam-nos antes de mais, um pequeno comentário ou apreciação á estratégia do Governo, que nos coloca perante uma Parceria Pública Privada (ou mais propriamente, de várias PPP!), onde o anunciado "investimento privado" só poderia ter lugar com a mobilização de avultados recursos públicos, quer ao nível de investimento e esforço financeiro, quer de território e áreas de domínio público de elevada sensibilidade, exigindo ao Estado a concretização de acessibilidades terrestres (desde logo na ferrovia pesada), intervenções no sistema hidrográfico, etc.

Ficamos assim a saber que a estratégia do Governo passa pela construção de um terminal de contentores entregue a privados ainda antes de nascer. A mesma opção para o terminal de cruzeiros de Santa Apolónia. Uma marina concessionada em Pedrouços «para receber mega iates». Uma Parceria Público Privada para a construção e exploração de terminais, envolvendo centenas ou milhares de milhões de euros. Um negócio de proporções colossais, que o Governo apresenta como de águas profundas, mas que o Sindicato, os Pescadores e pequenos armadores preocupadíssimos questionam, e as Pescas tem lugar nessas águas profundas ou são pura e simplesmente engolidas? Este é outro negócio semelhante ao da Doca de Pedrouços de onde a Pesca sairá de novo a perder?

Outra questão que, temos vindo insistentemente a questionar nestes últimos 3 anos, mas sem resposta, é que o PROT-ML e o POETEJO, que são ou deveriam ser os instrumentos de ordenação do território, não definem rigorosamente nada em relação às infra-estruturas da Pesca. Como também nada define quanto a esta nova estratégia do Governo para o Porto de Lisboa. Mas a Pesca existe, esta actividade económica é uma realidade no Estuário do Tejo.

Esta insistente posição de ignorar a Pesca e os Pescadores preocupa-nos de há muito, apesar do Sr. Secretário de Estado numa audição também aqui realizada há pouco tempo na AR, a propósito da PCP, vangloriava-se de existir um amplo dialogo e debate com o sector, dando uma imagem de que os problemas da Pesca tem vindo a ser resolvidos e que

o sector se encontra em franco crescimento. Os Pescadores estão fartos de promessas, continuam a aguardar há tempo demasiado, a solução dos terrenos na Doca da CP no Barreiro, e da Mutela, em Almada e a candidatura do Porto da Trafaria a fundos europeus.

Há 4 longos anos que os Pescadores recordam com mágoa o dia 20 de Agosto, dia da Resolução do Conselho de Ministros, que deu um prazo de 180 dias para expulsar os Pescadores da Doca de Pedrouços, acabou com o único porto de abrigo na capital do país, liquidou a excelente Escola de Pesca, que até hoje ficou sem alternativa adequada. Para quem passa a vida a falar de potencialidades e de estratégias do mar, o Estado português tem uma imensa dívida para com os Pescadores do Estuário do Tejo. O 20 de Agosto é um dia negro na vida daqueles que fazem da Pesca o seu ganha-pão.

Neste 4 anos, após a destruição da Doca de Pedrouços, não fosse a iniciativa deste Sindicato, junto das Autarquias e da APL, estaríamos ainda hoje á espera de soluções governamentais. Actualmente há um projecto para um Porto de Pesca na Trafaria, que carece apenas de verbas do Governo, ou a candidatura a Fundos Comunitários. Esperemos que não venham agora com a história de aproveitar contrapartidas da PPP e condicionar assim a sua construção. Hoje está em marcha um projecto às expensas da APL, para a zona de abrigo para embarcações de pesca na Cova do Vapor, que poderia ter sido iniciada em Janeiro de 2013, não fosse a exigência, apesar da contestação dos técnicos da APL, de um estudo de impacte ambiental para a construção de um esporão, atrasando a sua urgente execução, só para Janeiro de 2014.

Bom, será em Janeiro de 2014? Cabe-nos aqui deixar uma pergunta muito clara ao Governo, e que esperamos, tenha uma resposta responsável e inequívoca. Perguntamos, se a construção e as actividades de um mega-terminal de contentores na Trafaria, não vai impedir a concretização destes dois projectos para a pesca profissional, na Cova do Vapor e na Trafaria? Perguntamos que estudo científico foi feito ou se ele existe, quanto ao impacte ambiental que estas construções e a sua actividade terão na espécies existentes e no "habitat" natural do Estuário? Perguntamos que repercussão terá para a Pesca Artesanal e Local na Região? Perguntamos se esta é a fase final da expulsão dos Pescadores do Rio e o fim da Pesca no Estuário do Tejo?

Mais uma vez, surge a dúvida de que esta estratégia do Governo, para o Porto de Lisboa, não vai de novo ignorar a existência da Pesca, juntando ainda maiores dificuldades aquelas que este sector debilitado, do ponto de vista económico, já tem.

Pode alguém garantir-nos técnico-cientificamente de que a Pesca no Estuário do Tejo, fica salvaguardada? Se sim, quem assume essa garantia?

Será que pode o Governo garantir-nos que, as 360 embarcações de Pesca Profissional, registadas nas Delegações Marítimas das duas margens, onde desenvolvem a sua faina e de que vive quase um milhar de pescadores, não vão ser afectadas com a implantação e a actividade do terminal de cruzeiros e de contentores?

Pode o Governo garantir-nos que o impacte ambiental, com tais construções, e consequentes actividades não terá consequências nocivas no "habitat" natural do Estuário do Tejo e consequentemente nas capturas do pescado?

Se tivermos em conta que, das 360 embarcações, 314 são da Margem Sul, e que apenas são conhecidos oficialmente, os dados fornecidos pela Docapesca, da Lota de Cascais, dando apenas o exemplo da semana de 13 a 17 Maio, constatamos um volume de mais de 3 toneladas de pescado no valor de mais de 6 mil euros numa semana, que certamente a somar às lotas da Fonte da Telha, Costa da Caparica e Trafaria, dá para ter uma ideia da riqueza e da importância do sector, sem ter em conta outras actividades a montante e a jusante, e sem falar do marisqueio.

Alguns dirão que estamos a exagerar. Mas a verdade é que as dúvidas são mais que muitas, e avolumam-se entre armadores, pescadores e suas famílias, pelo presente que não é risonho face aos magros rendimentos da pesca e muito menos quanto a um futuro próximo cheio de incertezas.

Pode alguém explicar-nos e informar-nos neste momento, e se é entendível, que critérios houve para a exigência num pequeno projecto do estudo de impacte ambiental para o pequeno esporão na Cova do Vapor e, se esse mesmo critério existe para a construção do mega terminal de contentores na Trafaria? Se de facto existe, porque não nos é dado a conhecer?

Temos muita dificuldade em entender estes critérios, mas a evidência é tão grande que, não podemos deixar de chamar a atenção que, a concretizar-se a construção deste terminal, está em causa um autêntico crime ambiental de "lesa pátria", já que vai incidir numa zona de grande riqueza ambiental e paisagística, além de implicar a criação de uma ferrovia que atravessará vales de grande sensibilidade natural. Tudo isto em áreas inseridas em Reserva Ecológica Nacional.

Senhores Presidentes da Comissões

Senhores Deputados

Pediram-nos para participar nesta audição e dar a nossa opinião. Creio que as dúvidas e preocupações levantadas pelo sector da Pesca são sérias, justas e legítimas. Preocupações que não são só nossas, mas também de Armadores e Pescadores. É com a maior preocupação que o sector encara o futuro próximo perante tal estratégia do Governo no Estuário do Tejo.

Face ao exposto, convictos de interpretar os anseios, interesses e preocupações daqueles que fazem da Pesca o seu ganha-pão no Estuário do Tejo, parece-nos de bom senso que os senhores deputados travem esta estratégia no Plenário da AR e façam o Governo abandonar tais projectos para o Porto de Lisboa e o Estuário do Tejo, que envolvem enormes riscos ambientais e põem em causa a Pesca Artesanal e Local.

Da nossa parte fica a firme intenção de tudo fazer, em unidade com as Associações de Armadores e de Produtores, os Pescadores, com as populações e as autarquias locais de dar combate e impedir a concretização de tal estratégia contrária aos interesses da Pesca e da Região.

31 de Maio 2013

Jorge Amorim - Coordenador da Direcção do STPSul

